



**Universidade de Brasília – UnB**

**Instituto de Ciências Humanas - ICH**

**Departamento de Serviço Social - SER**

**PATRIARCADO E VIOLÊNCIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: EXPRESSÕES DA  
MESMA FACE**

Brasília - DF

2023

MILENA CALHAU AZEREDO

**PATRIARCADO E VIOLÊNCIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: EXPRESSÕES DA  
MESMA FACE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como  
pré requisito para obtenção do título de Bacharel em  
Serviço Social na Universidade de Brasília

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Patrícia Cristina da Silva Pinheiro

Co-orientador: Prof. Renato Calhau Codá

Brasília - DF

2023

MILENA CALHAU AZEREDO

**PATRIARCADO E VIOLÊNCIA NA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: EXPRESSÕES DA  
MESMA FACE**

**Banca Examinadora**

---

Prof. Cristiano Guedes de Souza

Membro interno - Universidade de Brasília

---

Nathália Barros Ramos

Membro externo - Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Política Social/SER/UnB

Brasília - DF

2023

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho à todas as mulheres que já foram vítimas de alguma forma de violência.

## **Agradecimentos**

Agradeço, primeiramente a Universidade de Brasília, todo o corpo docente do curso de serviço social, em especial aos professores do turno noturno que, apesar de todos os percalços e dificuldades que o noturno proporciona aos estudantes, tornaram esses anos de aprendizado gratificantes.

A Universidade de Brasília foi escolhida como palco deste trabalho como forma de carinho, sendo um incentivo para a própria universidade pensar na melhoria de seu ambiente para suas futuras alunas.

Agradeço, também, aos assistentes sociais do Hospital de Base, local no qual realizei meu estágio obrigatório e pude presenciar em primeira mão a ação de profissionais competentes e dedicados, que aumentaram meu apreço pela profissão e me acolheram ao longo do meu ano de estágio.

Gostaria de fazer um agradecimento em específico ao meu irmão e co-orientador, Renato Calhau, por todo o apoio, suporte e paciência ao longo do processo de escrita deste trabalho.

Por fim, um agradecimento em especial a minha família, minha mãe, meu pai e meus irmãos por sempre me incentivarem e apoiarem ao longo dessa jornada acadêmica mesmo nos momentos de tensão e dificuldade.

## RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo identificar estratégias realizadas pela Universidade de Brasília, no campus Darcy Ribeiro, com a finalidade de identificar estratégias para o enfrentamento da violência no meio acadêmico. Focando na correlação entre patriarcado e violência, foi observado como a interseccionalidade entre esses conceitos os entrelaça, afetando diretamente mulheres estudantes do ensino superior, na Universidade de Brasília, tendo, ao longo de sua vida acadêmica, percalços de violência e insegurança afetando sua evolução. Demonstrando que, apesar de nem sempre gênero e violência estarem conectados, existem muitos fatores e abordagens que mostram que em inúmeros casos eles podem estar realmente conectados. Levando em consideração o histórico de uma sociedade patriarcal e capitalista, observando a evolução das mulheres dentro da sociedade, em várias dimensões, tais como: doméstico, acadêmico, intelectual e formal, sendo assim possível uma contextualização do impacto da evolução da sociedade, do sistema governamental, de políticas públicas e do capitalismo no enfrentamento a desigualdade e a violência de gênero perante a sociedade brasileira. A Universidade de Brasília foi o palco principal para o trabalho, sendo possível fazer uma análise entre casos previamente relatados por estudantes do campus Darcy Ribeiro, assim como um comparativo com outras universidades brasileiras, tendo como ponto de intersecção a violência de gênero dentro de seus respectivos campus. Através de textos clássicos, artigos sobre violência contra mulheres nas universidades brasileiras e depoimentos de experiências pessoais de estudantes, tornou-se possível uma coleta de dados quantitativos com pesquisas previamente feitas com estudantes universitárias perante a percepção de violência dentro de seus respectivos campus, juntamente com o histórico patriarcal e capitalista da sociedade adquirido por forma de artigos e matérias jornalísticas. Conforme uma análise entre pesquisas distintas realizadas com mulheres universitárias e sua experiência acadêmica, foi possível observar inúmeras semelhanças de perfil de estudantes e de seus agressores, o que resultou em consequências educacionais e profissionais, assim como uma violência de gênero abrangente no Brasil, cujo estudo serviu de incentivo para a realização da pesquisa abrangendo o campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília como polo principal.

**Palavras-chave:** Universidade de Brasília; patriarcado; violência contra a mulher; capitalismo.

## ABSTRACT

The present research had the goal to identify strategies accomplished by the University of Brasília, on campus Darcy Ribeiro, with the aim of identifying strategies to face the violence within the academic world. Focusing on the correlation between patriarchy and violence, it was observed how the intersectionality among those two concepts embraces them, directly affecting women students in a higher education on University of Brasília, having had, throughout its academic life, mishaps of violence and insecurity affecting its evolution. Revealing that even though gender and violence aren't always connected, there are a lot of factors and approaches that show that in numerous case they can be truly connected. Taking into consideration the history of a capitalist and patriarchal society, observing the evolution of women within this society in various dimensions such as: domestic, academic, intellectual and formal, making it possible to contextualize the impact of the evolution of society, the governmental system, public policies and capitalism while confronting inequality and gender violence within Brazilian society. The University of Brasília was the main focus of the work, making it possible to analyse cases previously reported by students of the Darcy Ribeiro campus and also comparing with other Brazilian universities, having gender violence in each respective campus as the intersection point. Through classical texts, articles about violence against women in Brazilian universities and statements of students personal experiences, making it possible to collect quanti-qualitative data with previously made researches with university students towards the perception of violence in each respective campus, alongside the history of a patriarchal and capitalist society acquired through articles and journalistic papers. Given the analysis among researches carried out with university women and their academic experiences, it was possible to distinguish numerous similarities in the student profile and its perpetrator, resulting in educational and professional consequences, as well as the widespread gender violence in Brazil, which study came as motivation to conduct the research covering the Darcy Ribeiro campus of the University of Brasília as its main focus.

**Key-words:** University of Brasília; patriarchy; violence against women; capitalism.

## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1** - Mapa dos Corredores de Segurança do campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília

**Figura 2** - Botão de Segurança

**Figura 3** - Botão de Segurança: Instruções de uso

**Figura 4** - Mapa dos Botões de Segurança do campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília

## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 1** - Análise da situação de violência, segurança e tratamento de grupos vulneráveis no ambiente universitário na Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>1. A MULHER NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL .....</b>	<b>9</b>
<b>2. ELEMENTOS DA REALIDADE - A SEGURANÇA DE MULHERES NA UNIVERSIDADE.....</b>	<b>17</b>
<b>3. A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E SUAS MEDIDAS DE SEGURANÇA PARA MULHERES.....</b>	<b>24</b>
<b>4. CONCLUSÃO.....</b>	<b>34</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>36</b>

## INTRODUÇÃO

Na década de 1970, as universidades eram ambientes exclusivamente masculinos. A partir desse período, as mulheres eclodiram no ambiente universitário brasileiro, formando hoje aproximadamente 60% das alunas de graduação entre 25 e 29 anos (GUEDES, 2008).

Mesmo após o boom de mulheres em universidades brasileiras o movimento feminista da época de 1970 foi questionado por seus vieses eurocêntricos, que incluíam, juntamente com o sexismo, o racismo, classicismo, xenofobia e outras minorias como indígenas, pobres e estudantes LGBTQIA+ (ALMEIDA; ZANELLO, 2022).

No entanto, apesar do aumento significativo de mulheres nas universidades brasileiras, ainda era, e é até hoje, notável a diferença de número de alunas em certas áreas e cursos, como os cursos de engenharias, agronomia, economia, física, administração, medicina e medicina veterinária, cursos historicamente marcados pela maioria masculina e que possuem certa exclusão de entrada das mulheres.

Quanto ao quesito da violência, no Brasil as violências ocorridas no âmbito das universidades contra estudantes mulheres ocorrem de inúmeros lados, seja sobre discentes, docentes, funcionários gerais ou até mesmo pessoas sem vínculo com a universidade, porém, que frequentam o campus. Em certos casos o crime não necessariamente ocorre dentro do campus universitário, mas devido às relações sociais formadas a partir do ambiente.

Dadas essas questões, é possível observar uma correlação entre a violência e o sexismo não apenas presentes no ambiente universitário, mas em todo o contexto social brasileiro atual. O aumento de mulheres no cenário impactou diretamente no aumento de violência de gênero.

Focando especificamente na Universidade de Brasília (UnB), a desigualdade de gênero já existente nas décadas de 1970-1980, foi aumentando conforme o número de alunas na universidade aumentava, ou até mesmo apenas a presença de mulheres em festas ou bares frequentemente dominados por estudantes da UnB (ALMEIDA, ZANELLO, 2022).

Desde então, até os dias atuais, os casos de assassinato, estupro e assédio contra estudantes mulheres foram apenas aumentando ao longo dos anos conforme sua porcentagem do papel na sociedade aumentava, o que as tornou um sistema próprio de opressão (IBGE, 2022).

O NEPEM - Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher foi criado em 1980 por docentes da própria universidade como o primeiro passo para abordar estudos sobre mulheres.

Desde então, o NEPEM permanece até os dias atuais como um forte marco na UnB no quesito de pesquisa de gênero e resistência para a luta de gênero.

Os dados de pesquisa realizada entre os anos de 2017-2018 pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (Nepem/CEAM) - órgão pertencente à UnB, com uma representação de 5% das estudantes de graduação da UnB no campus do Darcy Ribeiro, revelam que 34% dessas alunas afirmaram já terem sofrido algum tipo de violência dentro do campus e 26% afirmaram terem sofrido também algum tipo de violência no trajeto de ida ou volta da universidade (VIEIRA, 2018).

É indiscutível que problemas sociais influenciam diretamente na aversão da mulher, e que essa aversão pode vir a se tornar uma violência, em qualquer vertente de sua expressão, seja no âmbito de competitividade, proatividade, ameaça na ascensão profissional e no empoderamento. Em certas situações, a mulher é considerada o ser mais inferior da sociedade, podendo ser tratada da forma que o violentador quiser. No ambiente universitário isso não é diferente, visto que muitos homens ainda se sentem ameaçados e intimidados por terem mulheres frequentando o mesmo ambiente que eles e, em muitos casos, em posições superiores à deles (GUEDES, 2007).

De acordo com o Atlas da Violência do IPEA de 2019, 3.737 mulheres foram assassinadas no Brasil. Em 2022, foram registrados 763 casos de estupro apenas no Distrito Federal, onde fica localizada a UnB, transpondo o nível de desigualdade em número de violência (IPEA, 2019).

Considerando essa violência contra as mulheres, esse estudo apresentou a seguinte questão: o que a Universidade de Brasília tem feito para garantir a segurança de estudantes mulheres dentro do ambiente acadêmico no campus Darcy Ribeiro? A partir dessa questão estabeleceu como objetivo geral identificar ações já adotadas pela administração superior da UnB que tiveram como finalidade melhorar a segurança contra violência física no âmbito acadêmico para incentivar o aumento de estudantes mulheres nas universidades.

Como objetivos específicos foram definidos:

Para a consecução do objetivo geral, os objetivos específicos subsequentes foram definidos em:

1. Abordar a história da introdução da mulher no contexto do ensino superior no Brasil;
2. Analisar casos de assédio no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília ao longo dos anos;

3. Identificar medidas de segurança já aplicadas pela Universidade de Brasília e sua real funcionalidade;

4. Avaliar o nível de insegurança presente na vida das estudantes da UnB.

Na conjuntura brasileira, há uma grande desigualdade social e de gênero, o que afeta diretamente o cenário universitário, visto que o número de mulheres matriculadas no curso superior apenas começou a ser significativo na década de 1970, e mesmo assim, em cursos considerados majoritariamente femininos (MARÍAS, 1981).

Apesar de o Brasil ser um país composto majoritariamente por mulheres - 51,1% da população de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2021 e possuir uma maior porcentagem de estudantes mulheres no ensino superior, estas ainda estão em desvantagens por meio de condutas abusivas e discriminação, muitas vezes com origem no corpo docente do próprio sistema universitário, como reflexo histórico de uma sociedade patriarcal.

Muito do assédio cometido pelos homens vem do medo, o medo de estar no mesmo nível de alguém que eles classificam como inferiores, muitas vezes transformando esse medo em violência por se sentirem ameaçados em sua posição considerada de privilégio (BUTLER, 2018).

O interesse por esse estudo surgiu mediante participação em disciplinas na universidade que incentivaram o estudo sobre gênero, raça e sexualidade ao longo dos anos de graduação, assim como um interesse pessoal e o próprio sentimento de insegurança referente à violência vivida dentro da UnB, e a necessidade e importância da temática na visão de uma futura assistente social, visando o campo político da área e sua relevância social.

Quanto à relevância do estudo para uma atuação pública, essa temática pode ser vista como algo de extrema importância para a sociedade brasileira em um todo, considerando o histórico do Brasil pós ditadura militar, que ocorreu entre as décadas de 1960-1980. Apesar de ter tido uma evolução no contexto do preconceito, deixando muitas marcas irreparáveis na sociedade, ainda é muito presente a desigualdade em relação ao gênero, assim como o tratamento desigual de um ideal inferior em relação à raça, sexualidade, intelectualidade e capacidade física, o que sempre existiu na nossa sociedade. (ENGEL, 2015)

A relação de gênero é uma questão social, sendo assim, diretamente relacionada com o serviço social, transmitindo a importância da pesquisa dentro do questionamento de (des)igualdade de gênero que vêm de dentro da sociedade e afeta diretamente o dia a dia de inúmeras mulheres e meninas ao longo de suas vidas e carreiras.

Sendo assim, na visão do serviço social, o assunto se torna um tema de extrema importância para podermos analisar e avaliar como mulheres são tratadas pela sociedade, no caso dessa pesquisa principalmente considerando violências contra mulheres que estão inseridas em um contexto acadêmico (TENORIO, 2019).

Ainda perante a relação do serviço social com a temática, é importante ressaltar a relação direta entre o papel dos assistentes sociais na defesa dos direitos humanos e sociais. Sendo esses os responsáveis pelas proposições e execuções de políticas públicas que asseguram estes direitos à população.

A escolha de temática para essa pesquisa surgiu como estudante da Universidade de Brasília, perante o primeiro contato profundo com o tema por meio de aulas ministradas ao longo do curso e estudos prévios sobre patriarcado e violência, que foram motivos de incentivo para uma pesquisa mais particular e específica, envolvendo violência contra mulheres no sentido patriarcal universitário.

Utilizando textos clássicos como *O Feminismo é para todo mundo* de Bell Hooks, *Problemas de Gênero* de Judith Butler, *Gênero, Patriarcado e Violência* de Heleieth Saffioti e também artigos contemporâneos presentes na obra *Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas* de Tânia Mara Campos de Almeida e Valeska Zanello.

A pesquisa também contou com o estudo *Percepção da violência contra as mulheres no campus Darcy Ribeiro* de Lourdes Maria Bandeira sobre depoimentos adquiridos por experiências pessoais de alunas e ex-alunas da Universidade de Brasília, assim como análises de casos. O estudo irá interligar a bibliografia clássica com textos de pesquisas mais recentes, para poder ter uma análise do quanto as coisas mudaram, ou não, ao longo dos últimos anos.

Desfrutando de dados estatísticos e informativos, utilizando matérias jornalísticas e bibliografias abordando a temática de universidade e sociedade, especialmente focando em questões de gênero e violência, com a teoria de que todos fazem parte do mesmo lado da moeda, independente de não estarem diretamente interligados sempre, muitas vezes um remete ao outro.

A junção de estudos prévios e a vontade pessoal de uma pesquisa particular pela área da violência contra a mulher universitária no Brasil, em específico a violência que ocorre dentro da Universidade de Brasília no campus Darcy Ribeiro, vêm da necessidade e importância do tema tanto para o serviço social, quanto para a sociedade brasileira no geral, o que permite o uso de inúmeros autores já previamente estudados ao longo da graduação.

A pesquisa vem com o propósito de examinar acontecimentos de caráter exploratório em formato de pesquisa bibliográfica, girando em torno de estudos de gênero dentro da realidade do mundo patriarcal que vivemos. A pesquisa também conta com uma análise comparativa entre três pesquisas sobre violência de gênero e assédio em campus universitários.

O assédio moral e sexual descrito pela Controladoria-Geral da união descreve que:

O assédio pode ser configurado como condutas abusivas exaradas por meio de palavras, comportamentos, atos, gestos, escritos que podem trazer danos à personalidade, à dignidade ou à integridade física ou psíquica de uma pessoa, pôr em perigo o seu emprego ou degradar o ambiente de trabalho (CGU).

E o patriarcado pode ser descrito como:

O conceito de patriarcado tem sido usado na literatura feminista internacional para significar as relações de poder entre homens e mulheres. As mulheres são subordinadas aos homens no sistema patriarcal. A combinação com a teoria marxista ocorre para construir uma base material para essas relações de poder (AGUIAR, 2000).

Quanto ao conceito de violência é possível utilizarmos a seguinte descrição:

A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a violência como o uso de força física ou poder, em ameaça ou na prática, contra si próprio, outra pessoa ou contra um grupo ou comunidade que resulte ou possa resultar em sofrimento, morte, dano psicológico, desenvolvimento prejudicado ou privação. [...] A inclusão da palavra "poder", completando a frase "uso de força física", amplia a natureza de um ato violento e expande o conceito usual de violência para incluir os atos que resultam de uma relação de poder, incluindo ameaças e intimidação. O "uso de poder" também leva a incluir a negligência ou atos de omissão, além dos atos violentos mais óbvios de execução propriamente dita. Assim, o conceito de "uso de força física ou poder" deve incluir negligência e todos os tipos de abuso físico, sexual e psicológico (DAHLBERG, KRUG, ,2007).

Portanto, tendo como base tais conceitos de assédio, patriarcado e violência, a presente pesquisa utilizará da junção entre estes para abordar a influência no tratamento de mulheres no Brasil, seguindo o ideal de uma relação de poder entre homens e mulheres, possibilitando relacionarmos os conceitos descritos na seguinte pesquisa.

Por ser uma pesquisa que utilizou dados bibliográficos e jornalísticos, foi possível analisar e comparar situações entre 2016 e 2020, utilizando também de algumas informações relevantes que ocorreram em anos anteriores e seguintes, podendo ser realizado um comparativo dentre os anos e avaliar se houve, ou não, alguma mudança quanto à implementação de medidas protetivas na UnB.

A coleta e análise de dados foi feita em uma abordagem quanti-qualitativa, com a finalidade de analisar casos reais e, ao mesmo tempo, observar a quantidade de casos de violência

que aconteceram, e foram oficialmente denunciados pelas alunas e instituição, dentro da Universidade de Brasília, tendo por seu objetivo final propor estratégias que façam aumentar a segurança de estudantes da UnB.

Por ser uma pesquisa descritiva, avaliou e descreveu a percepção da violência dentro da Universidade de Brasília, descrito no objetivo específico, foram analisados artigos publicados por pesquisadoras, pesquisas realizadas por grupos de pesquisa da UnB e também matérias jornalísticas de fontes confiáveis, que tenham feito contato com alunas e divulgado em seus respectivos canais de informação como a plataforma scielo e sites de notícias como o G1, considerando a credibilidade das informações oferecidas.

O seguinte trabalho foi dividido em três capítulos, sendo o primeiro intitulado *A mulher no ensino superior no Brasil*, abordando especialmente como a mulher foi tardiamente inserida no contexto da educação superior e sua presença no mercado de trabalho. O seguinte capítulo é intitulado *Elementos da realidade*, trazendo o comparativo entre pesquisas feitas com estudantes que foram realizadas na Universidade de Brasília, na Universidade de Viçosa e na Universidade de Fortaleza que abordaram casos de violência dentro dos respectivos campus. O terceiro capítulo da pesquisa foi intitulado de *A Universidade de Brasília e suas medidas efetivas*, o qual traz à tona a história da UnB e informações sobre casos de violência ocorridos no campus Darcy Ribeiro, assim como medidas de segurança implementadas pela mesma. Por fim, o último capítulo aborda a conclusão feita após toda a pesquisa, apresentando a correlação entre o que foi estudado no trabalho e evoluções para uma melhor vivência de estudantes mulheres no meio acadêmico.

Ao final da pesquisa, devido à correlação entre patriarcado e violência, os resultados encontrados comprovam a necessidade da existência de medidas de segurança para a proteção de estudantes mulheres dentro de campus universitários, em especial o campus Darcy Ribeiro da UnB, assim verificado no objetivo geral deste trabalho.

## 1. A MULHER NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O patriarcado, definido por Heleieth Saffioti (2004) trata da relação de dominação do homem sobre a mulher, considerando a história como processo e revelando a influência do capitalismo quanto às hierarquias de gênero, raça e classe.

Historicamente, o patriarcado surge de uma organização social de diferentes culturas, sofrendo alterações ao longo de distintas sociedades mas sempre mantendo o ideal de poder, no qual os homens estão em potência e as mulheres em impotência. A sociedade patriarcal atinge, inclusive, o Estado, onde a diferença sexual é capaz de afetar diretamente em uma diferença política, demonstrando a dificuldade entre separar um ideal pessoal de um sistema de gestão (SAFFIOTI, 2004).

Automaticamente, é possível relacionarmos o patriarcado com o conceito de repressão e violência estabelecido por Dahlberg e Krug (2007), pois muito do regime atual dessa relação vem de uma situação histórica em que o homem demonstrava sua ideal superioridade com uma violência direta sobre a mulher, especialmente dentro de uma relação entre marido e esposa, onde dentro de um contrato de casamento a mulher está automaticamente submissa ao seu esposo.

Sob a categoria de gênero, descrita por Simone de Beauvoir (1980), ela afirma que “Ninguém nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1980, p.), assumindo o ideal de que gênero é uma construção e não algo biológico previamente estabelecido. No entanto, ao nascer em um corpo com uma visão feminina, existe uma compulsão cultural de interpretação e tratamento sobre o sexo anatômico.

Judith Butler afirma que:

Em algumas explicações, a ideia de que o gênero é construído sugere certo determinismo de significados do gênero, inscritos em corpos anatomicamente diferenciados, sendo esses corpos compreendidos como recipientes passivos de uma lei cultural inexorável. Quando a “cultura” relevante que “constrói” o gênero é compreendida nos termos dessa lei ou conjunto de leis, tem-se a impressão de que o gênero é tão determinado e tão fixo quanto na formulação de que a biologia é o destino. Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino (BUTLER, 2018, p. 23).

Levando em consideração o pensamento descrito por Judith Butler, é possível observarmos essa noção de que conceitos estabelecidos e cultura, desenvolvidos no núcleo social são responsáveis pelo tratamento do feminino em sociedade ditando, assim, o destino do patriarcado como um sistema de poder culturalmente resistente.

Este patriarcalismo resiste em sociedade por diversos anos, surgindo desde a formação doméstica até uma formação mais efetiva, como o ensino superior. No quesito doméstico, o sistema patriarcal surge da ideia da dominação do gênero masculino sobre o feminino, onde o patriarca possuía poder de dominação de vida e morte sobre sua esposa e seus filhos. Atualmente, este ideal ainda procede, no entanto, de forma diferente, onde cometer alguma crueldade com suas esposas e filhas é considerado crime (SAFFIOTI, 2004).

A discriminação do gênero dentro da estrutura familiar é o primeiro passo para a sequencia de atos patriarcais que surgirão com um indivíduo, tendo o doméstico como ponto inicial da vida, o masculino no poder familiar. A posição do feminino na estrutura familiar é aquela de submissa, onde a mulher deveria servir ao homem/seu esposo, não tendo o seu papel de trabalho em sociedade até o início dos anos 1940 (AGUIAR, 2000).

O Código Civil Brasileiro, criado em 1916, possuía um ideal extremamente patriarcal e paternalista, fazendo com que as mulheres ainda fossem propriedade de seus maridos e reivindicassem seus direitos de cidadãs. Este Código ficou em vigor até 2002, quando foi criado o Novo Código Civil Brasileiro. Somente em 1941 o trabalho feminino foi regulamentado pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), no entanto, durante o Estado de Bem-Estar Social pós Segunda Guerra o poder trabalhista ficava por conta dos homens, enquanto as mulheres deveriam cuidar do lar, reforçando o ideal de dependência doméstica-familiar.

O Novo Código, instaurado em 2002, somado com a Constituição Federal de 1988 são os grandes responsáveis por avanços democráticos e pelo estabelecimento dos direitos humanos no Brasil. No entanto, a equidade garantida por lei ainda não é integralmente estabelecida na estrutura familiar, onde estereótipos sexistas ainda determinam a divisão de trabalho doméstico. (NAVAZ, KOLLER, 2006).

Historicamente falando, as mulheres sempre foram educadas, porém, com uma metodologia extremamente voltada para o contexto familiar e doméstico, onde deveriam aprender a bordar, costurar, cozinhar, entre outras tarefas consideradas à elas e muitas vezes retiradas do sistema educacional, pelos próprios pais, após a alfabetização. Já a educação voltada aos homens era a educação esperada em um ensino básico como ler e escrever. As mulheres eram educadas para o que eram destinadas, para casarem e tornarem-se donas de casa (MARÍAS, 1981).

A estrutura familiar brasileira ainda se apoia no estereótipo que determina o homem como o provedor econômico e autoridade, e a mulher como cuidadora do lar e da família, seja esta mãe, filha ou irmã, na esfera doméstica em que estiver inserida (NAVAZ, KOLLER, 2006).

Levando em consideração a estrutura familiar patriarcal e a violência estrutural, que segue por anos, é possível fazer uma analogia com a Lei nº 11.340/06, conhecida como “Lei Maria da Penha” que defende mulheres de violência doméstica e familiar.

Nesta lei, a violência é separada em cinco formatos, sendo eles: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral; ou seja, a violência não está apenas no caráter físico como muitos acreditam (BRASIL, 2006).

Não há um fator único que explique por que alguns indivíduos se comportam violentamente com outros ou por que a violência é mais comum em algumas comunidades do que em outras. A violência é o resultado da complexa interação dos fatores individuais, relacionais, sociais, culturais e ambientais. Compreender como esses fatores estão relacionados com a violência é um dos passos importantes na abordagem da saúde pública para a prevenção da violência (DAHLBERG, KRUG, 2007, p.1172).

Ao evoluirmos dentro de uma sociedade historicamente violenta, um único indivíduo é capaz de propagar sua violência para suas relações e, conseqüentemente para sua sociedade, o que nos torna uma sociedade, em geral, repleta de constrangimento moral e físico, dificultando a quebra do ciclo pois vai se passando uma herança intensa causada pela estrutura patriarcal de poder.

A Lei nº 11.340/06 surge por uma iniciativa após o caso de Maria da Penha Maia Fernandes em 1983, mulher que foi fisicamente agredida por seu esposo. A primeira agressão foi realizada por uma arma de fogo enquanto dormia, que a deixou paraplégica. A segunda agressão foi realizada por uma descarga elétrica, também iniciada pelo seu esposo. O caso foi a julgamento e o agressor foi sentenciado à prisão em 2002.

O caso chegou à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, a qual publicou um relatório em 2001 apontando falhas cometidas pelo Estado no caso de Maria da Penha Maia Fernandes, onde apontou que:

A ineficácia judicial, a impunidade e a impossibilidade de a vítima obter uma reparação mostra a falta de cumprimento do compromisso de reagir adequadamente ante a violência doméstica (RELATÓRIO Nº 54/01).

Foi apenas em 2004 que o próprio Poder Executivo apresentou ao Congresso Nacional o projeto de Lei nº 4.559, sendo aprovado pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, criando mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher no Brasil, surgindo, assim, a Lei Maria da Penha.

Com o intuito de assegurar proteção à todas as mulheres a Lei Maria da Penha afirma que:

Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa

do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar. (ART 1º, LEI 11.340/06)

A interseccionalidade entre o patriarcado e a necessidade da criação de uma lei específica para violência doméstica e familiar vem da ideia de poder e dominação do homem sobre a mulher, especificamente com a subordinação da mulher em relações familiares (BUARQUE, 2005).

Além da Lei Maria da Penha também foi necessária a criação de uma Lei que julga especificamente o homicídio cometido contra mulheres pelo simples fato de serem mulheres, conhecida como a Lei do Feminicídio, sancionada em 2015, tornando oficialmente o homicídio contra mulheres um crime hediondo.

Ainda sobre patriarcado e violência, podemos mencionar a violência formal, no contexto da educação superior para mulheres. Apesar de um grande número de universidades terem sido criadas no século XIII, as mulheres apenas começaram a entrar oficialmente no ensino superior no século XIX, no entanto, foram originalmente criadas universidades exclusivamente femininas, ainda fazendo uma segregação de gênero (MARÍAS, 1981).

No Brasil, existia uma segregação entre escolas de ensino feminino e ensino masculino, no entanto, em 1879 houve uma reforma no ensino primário e secundário, onde daria início às escolas mistas. A Lei nº 7.247 entrou em vigor e decretava certas matérias obrigatórias exclusivas para meninas como “costura simples”, “noções de economia doméstica” e “trabalhos de agulha”, reforçando o estereótipo do feminino doméstico (ART 4, LEI Nº 7.247).

Foi também com a sanção da Lei nº 7.247 que as mulheres foram autorizadas a cursarem o ensino superior, no entanto, suas matrículas deveriam ser realizadas por seus maridos ou pais. Todavia, o número de estudantes mulheres tornou-se realmente expressivo aproximadamente um século depois, com a expansão de universidades na década de 1970.

Atualmente no Brasil, em nível de graduação, mulheres ocupam mais de 50% das matrículas, de acordo com o Ministério da Educação (MEC):

A edição mais recente do Censo da Educação Superior (2021) mostra que as mulheres predominam entre os estudantes matriculados no ensino superior. Dos 8.987.120, 58,1% (5.249.275) são mulheres. Quando se observa especificamente as licenciaturas, 72,5% das matrículas são de mulheres.  
(MEC, 2023, p. 2).

É importante destacar a relevância de citarem a porcentagem de estudantes nos cursos de licenciatura, levando em consideração que mulheres são maioria na docência da educação infantil -

97,2% nas creches e 94,2% na pré-escola, no ensino fundamental - 77,5% e no ensino médio - 57,5% (INEP, 2021).

Embora essas porcentagens sejam significativas e mulheres ocupem 58% das vagas em ensino superior, ainda há um contexto entre os cursos predominantemente masculinos e femininos. Cursos historicamente tidos como femininos como enfermagem, pedagogia, serviço social e letras possuem uma porcentagem acima de 90% de estudantes mulheres, enquanto cursos historicamente masculinos como engenharia mecânica, engenharia elétrica, engenharia civil, física e economia possuem uma porcentagem entre 80% e 90% de estudantes homens (INEP, 2021).

Diante desse histórico de marginalização e divergência entre os gêneros, é possível observar que, mesmo com a entrada de mulheres em cursos considerados de profissões masculinas, a taxa de desistência das estudantes desses cursos é mais alta, pois são intimidadas a desistirem por uma opressão vinda da maioria masculina, tanto os próprios docentes quanto os discentes que não aceitam estarem no mesmo nível que uma pessoa a qual julgam inferior (BANDEIRA, 2017).

Ao longo das últimas cinco décadas, no Brasil, a educação superior começou a ampliar e entrou em processo de democratização, aumentando número de vagas em escolas e universidades, sendo assim possível aumentar a taxa da população alfabetizada, que hoje em dia é de aproximadamente 90% para pessoas com mais de 15 anos (IBGE, 2019).

A abertura do ambiente universitário para mulheres foi importante para além da questão da educação, mas também para uma questão social e econômica. O direito das mulheres de serem aceitas em universidades demonstrou uma importância da ocupação deste grupo dentro de espaços e ambientes considerados superiores, como o nome já diz, ensino superior, colocando-as no mesmo patamar social e intelectual dos homens.

No quesito econômico, especialmente no Brasil, essa abertura foi benéfica, pois o mercado de trabalho exige um nível de trabalho de maior qualificação para a contratação de um trabalhador, permitindo, assim, que mulheres pudessem ser escaladas para níveis mais altos na hierarquia empresarial e de gestão governamental, antes sempre comandadas por homens nem sempre com nível superior ou equivalente ao cargo. Além disso, o fator salarial também foi importante para uma autonomia financeira. (GUEDES, 2008).

A tradição da universidade como um espaço masculino foi marcadamente rompida na década de 1970, quando a entrada feminina nesse reduto foi tão intensa que, já no Censo Demográfico de 1980, as mulheres de 25-29 anos com nível universitário eram 5% – porcentagem superior à masculina no mesmo grupo etário. A análise da trajetória desse grupo levanta importantes aspectos. Enquanto os homens expressam, no contingente universitário, um aumento de peso relativo semelhante ao dos outros estratos de escolaridade, o aumento de peso relativo, no

caso das mulheres, é muito mais expressivo, chegando a quase triplicar nos últimos trinta anos.  
(GUEDES, 2008, p. 124).

O Censo Demográfico disponibilizado pelo IBGE mostrou que a porcentagem de mulheres com nível superior em 1970, no início da abertura das universidades para essa população, era de 25%, e 30 anos depois, em 2000, passa a ser maioria, com 53%, podendo demonstrar a importância da educação para uma democracia, retratando uma conquista de direitos.

No entanto, apesar de promessas na melhoria da qualidade de vida das mulheres em níveis econômico e social, a inserção das mesmas no mercado de trabalho não foi tão receptiva quanto demonstram os números identificados por Guedes.

É inegável a evolução da mulher em sociedade e a diferença existente ao longo dos anos, enquanto em anos anteriores a mulher era apenas vista como um complemento do marido, servindo apenas para ser esposa e mãe. A mulher passou também a ser vista como mão de obra, tanto para a família quanto para os patrões, ficando ainda em uma posição de submissão, onde trabalhava apenas para ajudar a sustentar a família (RAGO, 2004).

De forma geral, mulheres possuem maior nível de escolaridade, o que deveria ser um fator de influência para uma maior contratação (IBGE, 2018), em especial, uma contratação em cargos mais altos, no entanto, a escolaridade não tem tido essa papel positivo nas contratações femininas, sendo o patriarcado histórico um dos motivos preponderantes.

Apesar de ser maioria com nível superior concluído, a taxa mundial de participação feminina no mercado de trabalho é de aproximadamente 48% (OIT, 2018). No contexto geral, mulheres sempre precisam se esforçar mais e apresentar maiores requisitos para serem aceitas no mercado de trabalho, seja tendo um currículo melhor ou apenas com fatores pessoais que interessem quem irá contratá-las.

O mercado de trabalho é capaz de recusar mulheres caso essas tenham intenção de engravidar ou tenham filhos pequenos pois consideram isso uma responsabilidade extra que poderá prejudicar seu desempenho. Existe também uma preferência por profissionais mais novas (YANNOULAS, 2002).

Embora ao longo dos anos tenha tido uma melhora na disparidade salarial entre mulheres e homens no mercado de trabalho, de acordo com o Tribunal Superior do Trabalho (TST), o rendimento salarial das mulheres representa, em média, um valor de 22,3% inferior ao dos homens, mesmo quando ambos exercem a mesma função no mesmo local de trabalho (PIANEGONDA, 2023).

O Artigo 373, do Decreto de Lei Nº 5.452/43, anuncia a proibição de discriminação do acesso da mulher ao mercado de trabalho tendo como uma variável determinante sexo, cor, idade, situação familiar ou estado de gravidez. Todavia, mesmo fazendo parte de uma Lei, ainda existe uma discrepância no mercado de trabalho entre mulheres e homens, seja no quesito salarial ou em ofertas de funções e cargos, havendo uma separação de cargos com forte valor social destinados aos homens.

Sobre a discriminação de gênero no mercado de trabalho, Bell Hooks afirmou que:

Quando as pensadoras feministas reformistas, com origem em classe privilegiada e cuja pauta era primordialmente alcançar igualdade social em relação aos homens de sua classe, equipararam trabalho com libertação, elas queriam dizer carreiras bem pagas. A visão de trabalho delas tinha pouca relevância para uma multidão de mulheres. A questão trabalhista ressaltada pelo feminismo que afetava todas as mulheres era a exigência de salários iguais para funções iguais. As mulheres conquistaram mais direitos em relação a salários e cargos como resultado de protestos feministas, mas isso não eliminou completamente a discriminação por gênero.  
(HOOKS, 2018, p. 63).

Como já mencionado acima, apesar de mulheres serem maioria com ensino superior completo, ainda representam uma minoria em cargos de liderança. Existe um fenômeno chamado “Teto de vidro”, que tem por objetivo dificultar o acesso das mulheres a posições de liderança e gestões por questões de estereótipos de gênero dentro da estrutura organizacional. Para agir contra o fenômeno, as mulheres precisam se impor e quebrar barreiras mostrando suas qualificações, que apesar de já serem maiores, elas precisam evidenciar para conquistarem cargos de alto nível hierárquico (CARNEIRO, 2018).

Economia e política andam entrelaçadas, portanto, a sociedade patriarcal se fortalece conforme o capitalismo se fortalece, trazendo consigo a herança de uma sociedade patriarcal capitalista para os dias atuais.

O constante revolucionar de suas próprias estruturas que necessariamente o sistema capitalista produz, impulsiona novamente mudanças na situação das mulheres, assim como em todos os setores da vida social. Deste modo, as transformações estruturais e tecnológicas, acontecidas no final do século XIX, acabaram por promover um aumento nas formas de assalariamento das mulheres, especialmente em lojas, escritórios e no magistério infantil, trabalho que passa de condenável a desejável. A necessidade da força de trabalho das mulheres no final do século XIX se explica devido às novas exigências do aumento da tecnologia, que requer uma força de trabalho especializada, fazendo necessário o investimento em educação, a começar pela infantil. No magistério, o capital mostra seu interesse pelo trabalho das mulheres motivado pelo barateamento de força de trabalho, visto que como estas eram especialistas em cuidar de suas próprias crianças, não seria necessário investimento em formação de educadores (SOUZA, 2015, p. 481).

A descrição de Terezinha Souza (2015), demonstra a correlação entre o capitalismo e o patriarcado, onde com o avanço da industrialização, a mão de obra feminina começou a ser

capitalizada e desejada, no entanto, com uma precificação abaixo do valor pago aos homens por considerarem que já possuíam experiências com crianças ao cuidarem de suas próprias então não seria exigido uma especialização.

O capitalismo por si só já faz parte de um sistema de hierarquia pois se caracteriza pela “exploração do homem pelo homem”. No entanto, a cultura patriarcal surge como um fruto do capitalismo onde existe esta subordinação do homem sobre a mulher, que muitas vezes ainda predomina (MIGUEL, 2017).

## **2. ELEMENTOS DA REALIDADE - A SEGURANÇA DE MULHERES NA UNIVERSIDADE**

Levando em conta três pesquisas, uma realizada na Universidade de Brasília (UnB) entre 2017 e 2018, outra, na Universidade Federal de Viçosa (UFV) em 2016 e a da Universidade de Fortaleza (UNIFOR) em 2017, é possível observar padrões e semelhanças entre as respostas, mesmo as universidades sendo em estados e regiões diferentes e também considerando o fator de duas serem universidades federais e uma particular.

Utilizando como referência as cinco formas de violência retratadas pela Lei Maria da Penha, como ponto de intercessão com a violência universitária, e analisando dados adquiridos por pesquisas já realizadas em universidades brasileiras, federais ou particulares, constata-se que a violência psicológica, violência moral e violência sexual são as três categorias mais mencionadas pelas discentes nas pesquisas realizadas.

A pesquisa realizada pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), que é uma Universidade pública, foi realizada com 400 alunos, sendo estes metade homens e metade mulheres. Das mulheres, 58,8% delas constataram já terem passado por alguma situação de violência dentro do ambiente universitário, entre essas violências estavam destacadas estupro, tentativa de estupro, tortura, ter fotos íntimas publicadas na internet, ingerir bebidas com drogas sem saber, levar cantadas ofensivas, ouvir piadas sexistas/machistas, assédio sexual, assédio moral, desrespeito ao corpo e ser coagida a dar ou receber beijo de alguém (SANTOS, 2019).

Além dessas violências exclusivas contra mulheres também foram identificadas algumas violências que ocorreram contra ambos os sexos, sendo essas mais relacionadas à questões de sexualidade ou raça, categorizando, ao total, no mínimo 14 situações de violência distintas, incluindo violência de gênero.

Ainda sobre a pesquisa realizada na UFV, foram enunciados apenas 3 casos de estupro, no entanto, a pesquisa realizou algumas outras perguntas em relação aos agressores e foram identificados seis estupradores, permitindo assim a constatação de haver mais casos de estupro em relação aos previamente delatados. Dos agressores denunciados, um era professor, três eram estudantes de graduação sem proximidade com a vítima, um era estudante na mesma sala de aula da vítima e um era aluno amigo da vítima.

Tendo em mente os casos de estupro supracitados, é possível observar que todos foram cometidos por professores ou estudantes da própria Universidade, tendo assim a afirmação de que o

ambiente onde o agressor encontra sua vítima não depende necessariamente apenas de uma oportunidade.

Se estamos analisando violências sexuais, especificamente o estupro contra as mulheres na Universidade, imediatamente temos que indagar qual é o imaginário social sobre este ambiente, assim como qual é o próprio imaginário que os/as acadêmicos/as têm sobre a universidade. De maneira geral, a universidade é uma instituição imaginada ou pensada como um lugar também insuspeito para a prática de crimes sexuais graves, especialmente os que causam aversão na sociedade, como o estupro. Ela, a universidade, está associada à racionalidade, ao conhecimento científico, à mais elevada e refinada educação formal. E, lamentavelmente, imagina-se que pessoas educadas formalmente no e com ensino superior não cometem crimes sexuais contra estudantes universitários/as. Por conseguinte, se infere que esse espaço de reunião coletiva de intelectuais, de produtores/as e reprodutores/as do conhecimento racional e de pessoas educadas formalmente, é associado, equivocadamente, ao locus dos/das justos/as, “acima do bem e do mal” (SANTOS, 2019, p. 40).

A afirmação acima feita pelo autor da pesquisa serve para reafirmar a ideia de que um estuprador não necessariamente tem uma “cara”, e pode ser alguém que a vítima convive em seu dia a dia, e em certos casos, alguém a quem possua uma certa confiança, abstendo assim a ideia de que um estuprador não seria um frequentador de uma universidade. O estupro é considerado um crime hediondo, Lei n 8.72/90, sendo assim um crime inafiançável e possui uma pena de 6-10 anos, podendo ultrapassar o limite caso assim delimitado pelo juiz responsável (ART 213, CÓDIGO PENAL).

Já a pesquisa realizada na Universidade de Fortaleza (UNIFOR), se trata de uma pesquisa com um nicho maior por ter sido feita com estudantes de cursos da área da saúde, considerando enfermagem, medicina, nutrição, psicologia, entre outros. A UNIFOR é uma universidade particular e sua pesquisa contou com uma análise de 512 estudantes, entre estes, 357 eram mulheres e sua maioria tinha entre 18 e 24 anos. A pesquisa obteve a informação de que 158 dos 512 estudantes já passaram por alguma situação de violência no ambiente universitário, sendo 84% violência psicológica praticada, em sua maioria, pelos próprios alunos ou professores da universidade (GODINHO, 2018).

**Tabela 1** - Análise da situação de violência, segurança e tratamento de grupos vulneráveis no ambiente universitário na Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

<b>Variáveis</b>	<b>n</b>	<b>%</b>
<b>Situação de violência na universidade</b>	158	30,9
<b>Tipos de violência</b>		
Psicológica	132	84,1
Gênero	81	51,3
Física	67	42,4
Sexual	53	33,8
<b>Praticante de violência</b>		
Alunos	115	72,8
Professores	55	35,0
Funcionários	20	12,7
Pessoas externas à instituição	70	44,3
<b>Tratamento entre os universitários</b>		
Bem	424	82,8
Mal	88	17,2
<b>Tratamento entre universitários e professores</b>		
Bem	447	87,3
Mal	65	12,7
<b>Tratamento violento de grupos vulneráveis na universidade</b>		
Obeso	179	35,0
Homoafetivo	146	28,5
Deficiente físico	102	20,0
<b>Sensação de segurança na universidade</b>		
Sim	331	64,6
Não	181	35,4

**Fonte:** Revista Brasileira em promoção da saúde

Esta pesquisa demonstra que a violência está presente independente da escolha de curso e da escolha entre uma universidade pública ou particular, essa pesquisa contou com estudantes do próprio curso de psicologia e mesmo assim a violência psicológica foi a mais apontada. O fator de ser uma universidade particular não a abstêm de ter casos de violência física (67 relatos de alunos na pesquisa) e sexual (53 relatos de alunos na pesquisa).

Sobre esses achados, pesquisa com universitários, docentes e gestão do curso de Odontologia, no Rio de Janeiro, Brasil, de uma instituição pública detectou a existência de violência física entre aluno e professor, situações desrespeitosas no trote, atitudes machistas contra as mulheres e de opressão dirigidas a homossexuais. Tais condições também foram verificadas em diversos outros estudos em diferentes cidades do Brasil e do mundo. Esses comportamentos inadequados nas relações interpessoais, o bullying, a violência verbal e física durante a formação acadêmica pode repercutir negativamente na qualidade de vida dos estudantes, afetando a saúde mental dessa população e favorecendo o aparecimento de transtornos de natureza psicológica, como a depressão e a síndrome de Burnout [...] O bom relacionamento com colegas do curso e com os professores é considerado um preditor de qualidade de vida e de satisfação acadêmica com o curso superior. Ao contrário, um relacionamento abusivo pode gerar solidão, violência e suicídio (GODINHO, 2018, p. 6).

A pesquisa afirma a correlação entre a violência sofrida e a saúde mental das vítimas. A associação de um ato violento com o ambiente universitário é capaz de causar uma má relação do estudante com a universidade, fazendo com que ele adquira algum transtorno mental ou, em casos

mais extremos, fique violento também, contra si mesmo ou contra os outros, além de poder aumentar a taxa de desistência do ensino superior.

Quanto à pesquisa realizada na Universidade de Brasília (UnB), dentre as aqui citadas, foi a pesquisa com o maior número de estudantes (827 alunas), e exclusivamente mulheres. A Universidade de Brasília é a única universidade federal do Distrito Federal, acolhendo aproximadamente 39 mil alunos de graduação no ano de 2018, ano em que foi realizada tal pesquisa (BANDEIRA, 2018).

Dentre as 827 alunas que responderam o questionário, 281 apontaram já ter sofrido algum tipo de violência dentro do meio acadêmico, além de 215 que apontaram já terem sofrido alguma violência no trajeto até a UnB. As estudantes tinham, em sua maioria (86%), menos de 24 anos e se auto-declararam quase que igualmente metade brancas e metade preta ou parda. Quanto ao perfil do agressor, as vítimas identificaram que 49% eram também estudantes e 95% homens.

As duas violências com maior predominância nesta pesquisa foram a violência psicológica, sendo apontada por 72% das alunas e a violência sexual, a qual foi apontada por 55% das alunas. Ao somarmos as porcentagens não apenas desses dois tipos de violência, como também as outras mencionadas na pesquisa, como física, patrimonial, racial, LGBTfóbica, coerção, institucional, entre outras, a porcentagem será muito além do 100%, afirmando que cada pessoa pode sofrer mais de uma vez com um tipo de violência diferente, afetando-a de diferentes maneiras.

Segundo a estudante Fernanda Mendes Dias, autora da pesquisa, “A violência psicológica precede a outros tipos de violência. É a agressão mais permeada nas entrelinhas da convivência social”, pois esta inclui uma violência emocional e moral em que muitas vezes a pessoa não têm total consciência de que está sendo vítima, sendo assim a porta de entrada para outras violências e causando um maior efeito na saúde mental das estudantes.

Analisando as pesquisas individualmente, cada uma possui sua particularidade e seu efeito dentro da comunidade que a abrange, no entanto, ao realizarmos um comparativo entre as três pesquisas, podemos observar semelhanças que as aproximam independente de fatores que as diferem, como estrutura administrativa entre universidade pública ou particular e regionalidades culturais.

As três pesquisas exploradas obtiveram a violência psicológica como a violência de maior frequência delatada pelos questionários e uma porcentagem mínima, referente ao número de questionários aplicados em cada, de 20% de situação de violência no âmbito acadêmico. Ao considerarmos que as pesquisas não abordam a universidade como um todo e sim uma pequena

parcela de sua população, é cabível ponderar a possibilidade dessa porcentagem ser consideravelmente maior se observarmos o número geral de estudantes em cada uma das universidades exploradas.

Em relação à UnB e a UNIFOR, ambas obtiveram relatos de que os próprios estudantes ou professores eram, em sua maioria, os autores das situações de violência, refletindo a permanência da violência dentro de cada campus universitário. Por se tratarem justamente de pesquisas universitárias, ambas também reportaram que a maioria das respostas de pesquisa vieram de alunas com até 24 anos, idade qual ainda é considerada dentro da juventude, pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

Portanto, considerando a idade na qual a maioria das estudantes sofre alguma situação de violência dentro do meio acadêmico, é possível propor a ideia de que essa violência sofrida em um ambiente considerado como o início da liberdade de vida adulta, o qual deveria prestar uma segurança maior para jovens, afete seu desenvolvimento a partir dessas circunstâncias.

Além da violência afetar diretamente a saúde mental de quem é violentada, sabe-se que não é uma totalidade de casos que são reportados e oficialmente denunciados. Existem casos aos quais as mulheres não irão fazer a denúncia por medo ou falta de confiança no sistema público responsável pela sua defesa, e também por medo de julgamento dos mais próximos. Em certos casos, a agressão se torna mais violenta após a denúncia, pois o agressor se sente em risco (CORDEIRO, 2018).

Analisando a pesquisa realizada pela Universidade de Viçosa (UFV), ao prestarmos atenção no fator de terem enumerado seis estupradores para 3 casos previamente relatados, podemos identificar um receio de denúncia, seja por medo da própria vida, seja por subordinação à um superior ou até mesmo por ameaças.

Utilizando as pesquisas acima mencionadas, tendo como base o fator de que docentes e alunos foram os mais apontados como autores de violência entre elas, é possível ponderar o medo como um ponto para o baixo número de denúncias oficiais contra os relatos em pesquisas. Assumir o posicionamento de relatar uma violência contra um colega ou um professor requer coragem.

É difícil caracterizar, ao certo, um número de casos nunca denunciados justamente por essa informação não estar em nenhum sistema, no entanto, uma pesquisa realizada em 2014 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, teve 90% das mulheres entrevistadas assumindo o medo de serem vítimas de agressão sexual (GARCIA, 2016).

Informações cedidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que uma a cada três mulheres no mundo já sofreram violência física ou sexual de parceiros ou não parceiros. No Brasil foram registrados aproximadamente 65 mil casos de estupro, com uma porcentagem média de 63% das mulheres e crianças do país sendo vítimas de um crime brutal apenas no ano de 2022 (IBGE, 2023).

Muito do medo enraizado contra a denúncia vem da falta de confiança com o sistema e com o serviço de saúde pública, em sua maioria o primeiro local onde a vítima busca atendimento é no serviço de saúde, seja um hospital ou uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), sendo necessário ter profissionais capacitados para lidarem com a situação e notificar o sistema da ocorrência de um caso de violência de gênero.

Após uma agressão física ou psicológica, a vítima requer um acolhimento para que consiga se recuperar, no entanto, em alguns casos a denúncia se torna uma revitimização do acontecimento, humilhando mais ainda a vítima com perguntas, suposições e fazendo-a reviver a violência, causando com que a mesma desista de realizar a denúncia formal. (SANTOS, 2023)

O machismo estrutural e o preconceito são condutas que impulsionam a mulher a um lugar de suspeita, questionando se ela realmente é ou não vítima do crime sexual, inclusive sendo questionada se sua conduta provocou ou não o seu agressor. A falta de preparo, por parte do Judiciário, em alguns casos, tem resultado em uma condução equivocada do processo [...] O machismo estruturado, na sociedade brasileira, tem se mostrado como principal resposta para que ocorra a revitimização de mulheres vítimas de violência sexual. (SANTOS, 2023, p. 878)

Esse machismo estrutural também é o responsável pelo medo da denúncia. Casos que surgem à tona na mídia fazem com que a vítima seja mais uma vez revitimizada e julgada como mulher e ser humano, sendo considerada uma pessoa suja e repugnante, como se tivesse sido infectada pelo seu estupro. A sociedade muitas vezes questiona a mulher e sua denúncia, solicitando uma quantidade absurda de provas, que em suma maioria não existe por ser um ato íntimo, para comprovar o crime. (SANTOS, 2023)

A sexualidade feminina sempre foi vista como um objeto controlado pela sociedade, ensinando mulheres que elas não teriam controle e direitos pelo seu próprio corpo e sexualidade, devendo estar sempre dispostas a servir os desejos e fantasias de um homem, utilizando dessa justificativa para alguns casos de estupro, especialmente em casos onde o agressor e a vítima já eram parceiros pois os homens aprendem que o corpo feminino é um objeto sexual e pode ser usado quando bem entender.

Os papéis impostos às mulheres e aos homens, consolidados ao longo da história e reforçados pelo patriarcado e sua ideologia, induzem relações violentas entre os

sexos e indica que a prática desse tipo de violência não é fruto da natureza, mas sim do processo de socialização das pessoas. Ou seja, não é a natureza a responsável pelos padrões e limites sociais que determinam comportamentos agressivos aos homens e dóceis e submissos às mulheres. Os costumes, a educação e os meios de comunicação tratam de criar e preservar estereótipos que reforçam a ideia de que o sexo masculino tem o poder de controlar os desejos, as opiniões e a liberdade de ir e vir das mulheres (TELES, MELO, 2003, p. 18).

Esse estereótipo de poder e controle mencionado por Teles e Melo (2003) se mantém ativo até os dias de hoje, tendo em vista os números já citados acima sobre a quantidade de estupros que ocorreram em 2022 no Brasil (65 mil casos). A ideia de poder sobre a mulher não se limita somente ao matrimônio, no Brasil, entre os anos de 2012 e 2017, meninas de até 14 anos foram as principais vítimas de violência sexual, categorizando como estupro de vulnerável e em 7% dos casos o autor era o próprio pai da vítima (GIANNINI, COELHO, 2020).

Ao total, considerando todos os tipos de violência, mulheres entre 15 e 29 anos foram as mais afetadas e violentadas no Brasil. Tendo em vista as pesquisas na Universidade de Brasília e na Universidade de Fortaleza, a idade entre 15 e 29 anos aborda a maioria apontada nas pesquisas (entre 18 e 24 anos), reforçando mais a convicção de que estudantes universitárias estão mais propensas a sofrer algum tipo de violência, seja ela dentro, ou não, do campus (GIANNINI, COELHO, 2020).

O ingresso em uma Universidade, seja ela pública ou particular é um momento marcante e definidor na vida pessoal e profissional de uma pessoa, para mulheres, esse ingresso muitas vezes vem seguido de desafios que consistem em uma falta de estrutura para sua segurança, em casos de mulheres que são mães existe uma falta de estrutura para que elas permanecem na universidade. O ingresso em uma universidade é tão importante quanto sua permanência, que em casos não é possível pela falta de estrutura e insegurança dentro do campus.

### 3. A UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA E SUAS MEDIDAS DE SEGURANÇA PARA MULHERES

A Universidade de Brasília (UnB) - campus Darcy Ribeiro, foi inaugurada em abril de 1962, tendo completado apenas 60 anos recentemente e, mesmo com poucos anos de história, já foi palco de inúmeras tragédias de suas mais diversas formas. A Universidade foi altamente afetada pelo golpe militar que ocorreu no Brasil em 1964, tendo sofrido uma enorme repressão da ditadura de 1964 até 1985, quando a UnB conseguiu retomar a democracia no campus.

Na história da Universidade, os discentes inúmeras vezes se reuniram em comissões, ocupações e protestos em prol de melhorias Universitárias, os quais surgiam efeito considerando o número de estudantes que participavam dos atos. Foi apenas a partir de 2003 que a UnB começou a ampliar seu ambiente, aplicando o sistema de seleção com cota racial, este que aumentou o índice de estudantes pardos e pretos de 2% para mais de 27%. Posteriormente, a UnB começa sua expansão física em 2006 com o campus em Planaltina, campus Ceilândia em 2008 e campus Gama em 2011 (UNB, 2022).

A partir de 2016, a UnB inicia sua trajetória de implementações administrativas com o SEI (Sistema Eletrônico de Informações), aumentando a transparência dentro da comunidade acadêmica. Também em 2016, a UnB elege a primeira reitora da Universidade, Márcia Abrahão, esses que foram re-eleitos em 2020 para mais quatro anos. O uso do nome social dentro da Universidade de Brasília foi aprovado em 2017 e em 2019 foi criada a Diretoria de Acessibilidade (Daces), que surge com o intuito de promover a inclusão e acessibilidade na Universidade (Secom UnB).

Em março de 2018 a UnB lançou o Conselho de Direitos Humanos da Universidade de Brasília (CDHUnB), um projeto criado em 2017, que foi instaurado para integrar as iniciativas já existentes e para tornar-se um fórum permanente de discussão. (Secom UnB)

A docente Olgamir Amancia proferiu em seu discurso que:

Neste Dia Internacional da Mulher, data tão emblemática da luta de um segmento da população que é majoritário, mas é tratado como minoritário, essa iniciativa traduz o compromisso da gestão da UnB com a superação da desigualdade, compromisso com a democracia, com a justiça social, com as mulheres e com todos os que são oprimidos  
(AMANCIA, 2018, p. 1).

O evento de lançamento também foi responsável por apresentar os dados iniciais da pesquisa *Percepção da violência contra as mulheres no campus Darcy Ribeiro*, o qual será

detalhado a seguir. Este estudo foi essencial para a implementação de medidas de segurança no campus Darcy Ribeiro.

Casos de inúmeras formas de violência sempre foram situações presente na vida da estudante universitária, em específico estudantes da Universidade de Brasília (UnB), onde 25 anos após sua fundação a universidade sofreu com um caso de feminicídio interligado à vínculos fragilizados pelo ambiente.

O primeiro caso de feminicídio conhecido ocorreu em 1987. Thaís Mendonça era estudante do curso de Letras e foi assassinada pelo seu ex-namorado dentro das dependências da UnB, este que também era aluno da universidade. O autor do crime, Marcelo Bauer, foi condenado a 14 anos de prisão, no entanto o mesmo fugiu do país antes do julgamento (ALMEIDA; ZANELLO, 2022).

Em 2016, a estudante de biologia Louise Ribeiro foi outra vítima de feminicídio dentro das províncias da UnB, onde foi dopada e violentada antes de ser assassinada. No dia seguinte do ocorrido as aulas no Instituto de Ciências Biológicas, foram suspensas em respeito à vida de Louise. O acontecido obteve grande repercussão com o intuito principal de chamar atenção para o debate sobre feminicídio e violência contra as mulheres.

O assassinato de Louise Ribeiro chamou atenção para a violência de gênero que ocorre dentro do campus Darcy Ribeiro. A estudante foi dopada e assassinada por seu ex namorado, Vinicius Neres, que fora acusado de feminicídio e recebeu a sentença de 23 anos de prisão. O caso repercutiu de forma a reforçar uma educação sobre violência de gênero.

Apesar de casos extremos de violência, como os assassinatos citados acima, tomarem conta da mídia e receberem a atenção merecida, casos considerados menores ocorrem com maior frequência dentro dos campi, casos de assédio moral ou sexual ocorrem quase que diariamente dentro de universidades, principalmente universidades com um grande fluxo de estudantes e profissionais ao longo do dia (BASTOS, 2016).

Utilizando a UnB como base para uma análise, é possível observar casos de assédio moral e sexual sofridos por docentes, além de casos de violência psicológica em trotes, festas e outros eventos realizados dentro do próprio ambiente universitário.

Em 2011, a UnB foi palco de um trote que ficou conhecido como “festa da humilhação” descrito abaixo:

Os veteranos do curso de agronomia da UnB obrigavam as calouras a lamberem uma linguiça encapada com um preservativo e coberta com leite condensado, como parte do trote aplicado as recém-aprovadas no curso, fazendo com que elas praticassem sexo oral em linguiças colocadas em bonecos.  
(BANDEIRA, 2017, p. 60).

No mesmo trote, estudantes eram “leiloadas” aos seus veteranos por seus atributos físicos e eram passadas de calouros para veteranos como propriedades ou moeda de troca, gerando uma certa humilhação para essas estudantes, pois eram vistas apenas como objetos para agradar os homens, o que as fazia perder interesse nos próprios estudos, principal motivo de terem se submetido a tal situação (BANDEIRA, 2017).

Trotes universitários, no geral, tornaram-se uma carta coringa para proferir qualquer e todo tipo de violência contra uma pessoa utilizando a premissa de “brincadeira” para os atos de violência física, moral ou até sexual com a desculpa de ser um ritual de iniciação universitária, no entanto, em casos mais extremos esses trotes fazem com que as estudantes desistam da carreira acadêmica e saiam do curso.

Tendo os casos de assédio citados acima como exemplos, podemos aferir a perspectiva de inferioridade da mulher para a sociedade de acordo com Judith Butler:

Qual a melhor maneira de problematizar as categorias de gênero que sustentam a hierarquia dos gêneros e a heterossexualidade compulsória? Considere o fardo dos “problemas de mulher”, essa configuração histórica de uma indisposição feminina sem nome, que mal disfarça a noção de que ser mulher é uma indisposição natural. (BUTLER, 2018, p. 8)

É possível observarmos a naturalidade que vêm perante a noção de que ser mulher é uma indisposição natural. Esse ideal de inferioridade surge por questões fisiológicas desde a antiguidade, no entanto, não foi a natureza que rebaixou a mulher e superiorizou o homem, foi a própria sociedade vigente.

Historicamente falando, ser mulher começou a ser considerada uma indisposição natural devido ao início da sociedade patriarcal, previamente a sociedade primitiva era um matriarcado, eram elas quem digeriam a vida social e a cultura. Na sociedade primitiva a maternidade era vista como algo sagrado, dando poder e prestígio para as mulheres.

De acordo com Evelyn Reed, a sociedade de classes é a grande culpada pela inferioridade das mulheres na sociedade atual:

Não é a natureza, e sim a sociedade de classes que rebaixou a mulher e elevou o homem. Os homens obtiveram sua supremacia social através da luta contra a mulher e suas conquistas. Mas esta luta contra os sexos era somente uma parte da grande luta social: o desaparecimento da sociedade primitiva e a instituição da sociedade de classes. A inferioridade da mulher é produto de um sistema social que causou e proporcionou inumeráveis desigualdades, inferioridades, discriminações e degradações. (REED, 2008, p. 58-59)

Por ainda vivermos em uma sociedade patriarcal, ainda é possível observarmos ações de inferiorização do gênero no mercado de trabalho e nas Universidades, não sendo um problema apenas apresentado no Brasil, mas no mundo inteiro.

A partir dos casos citados, foi identificado um impulso na necessidade de incrementar medidas de segurança no campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília, que já vinha sofrendo casos de assédio diariamente, e em casos extremos, situações pontuais de feminicídio vinculado à relações sociais estabelecidas.

O campus Darcy Ribeiro já possuía um sistema de câmeras instalado previamente, no entanto, é essencial ressaltar que todos os atuais sistemas de segurança implementados na Universidade de Brasília apenas começaram a serem efetivados a partir do ano de 2017, após casos de estupro e assassinato de estudantes, especialmente após o caso da estudante Louise Ribeiro, a qual foi homenageada dentro do campus com o Jardim Louise Ribeiro no Instituto de Ciências Biológicas (IB).

A pesquisa realizada em 2018 pelo Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher (Nepem/CEAM), intitulada *Percepção da violência contra as mulheres no campus Darcy Ribeiro*, teve como principal objetivo identificar violências pelas quais as estudantes da UnB estavam passando, tanto dentro do próprio campus quanto no caminho para as aulas ou até mesmo em ambientes não relacionados à universidade, porém, com um núcleo social de relações estabelecidas pela comunidade universitária.

A pesquisa foi aplicada em 5% das estudantes do campus Darcy Ribeiro, uma pequena parcela de estudantes, tal pesquisa afirmou que 34% das entrevistadas já haviam sofrido algum tipo de violência, tal violência podendo ser estabelecida como ofensa ou intimidação e chegando até níveis de assédio sexual, estupro ou ingestão forçada de drogas. A mesma pesquisa também usou o parâmetro para analisar que 26% das estudantes disseram já ter sofrido algum tipo de violência no trajeto de ida ou volta do campus universitário.

Desde a década de 1970, estudantes mulheres vão para as suas respectivas aulas com receio e medo. Os casos de feminicídio seguem ocorrendo normalmente dentro dos parâmetros do campus, assim como casos de estupro e humilhações recorrentes vindas tanto de outros estudantes como de docentes.

Ao longo da entrevista, foi registrado que 61% das estudantes vão para a UnB de ônibus. Analisando essa porcentagem é possível afirmar que 15% das estudantes que afirmaram ter sofrido

violência no trajeto de ida ou volta do campus são estudantes que utilizam o meio público de transporte do DF.

O Comitê de Segurança da Universidade de Brasília citado na pesquisa afirmou que:

O Comitê de Segurança da Universidade de Brasília está elaborando um plano estratégico de ações para os campi. A implementação de corredores de segurança no campus Darcy Ribeiro, com rotas mais iluminadas e intensificação do patrulhamento em horários críticos, é uma das propostas do grupo e deve ser divulgada nas próximas semanas.  
(UnB, 2017, p. 2).

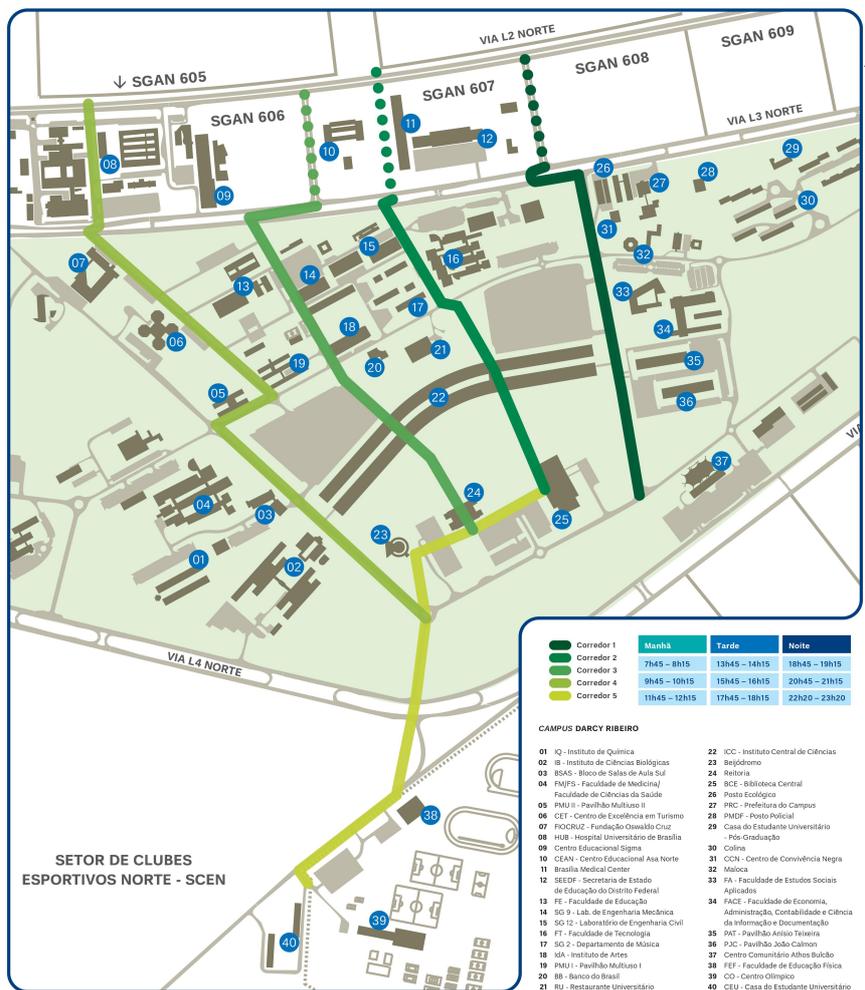
A pesquisa foi realizada entre 2017 e 2018, e tais mudanças citadas pelo comitê somente foram ser implementadas em agosto de 2018, mesmo o comitê afirmando que propostas seriam divulgadas em algumas semanas.

Os corredores de segurança foram divididos em cinco caminhos que interligam os prédios administrativos, acadêmicos, L2 e L3 norte. Tais corredores receberam reforço na iluminação e implementação de câmeras de segurança. Além disso, em horários específicos recebem uma segurança reforçada por ronda. O objetivo é concentrar o fluxo de pessoas em um mesmo trajeto, diminuindo a vulnerabilidade de quando se está sozinho.

Apesar da criação dos corredores de segurança em 2018, estes não ficaram tão bem cuidados, com caminhos falhos e falta de iluminação em certos pontos, além da pouca divulgação sobre sua existência, tornando-os ainda tão perigosos quanto antes.

**Figura 1 - Mapa dos Corredores de Segurança do campus Darcy Ribeiro**

## ADOpte OS CORREDORES DE SEGURANÇA



Em caso de emergência ligue (61) 3107-6222 (24 horas) ou conecte o aplicativo UnB Alerta.

 UnB Comitê de Segurança

**Fonte:** Universidade de Brasília

Medidas reforçadas de segurança no Darcy Ribeiro apenas começaram a ser propriamente implementadas a partir de 2022, na volta às aulas pós período pandêmico causado pela COVID19, uma situação em que o campus estava consideravelmente mais vulnerável e estavam acontecendo mais casos de tentativa de estupro e até mesmo estupro efetivo.

Após o retorno das aulas presenciais, em apenas sete meses, o campus foi palco de três casos de estupro de estudantes e incontáveis casos de assédio, o que causou uma revolta coletiva

entre docentes e discentes, criando movimentos para reivindicar uma maior segurança bancada pela própria UnB. Enquanto não existia uma manifestação oficial do que seria feito para aumentar a segurança no campus, alguns docentes cancelavam suas aulas para prevenir, e os estudantes criavam grupos de defesa pessoal gratuito.

Em agosto de 2022, um mês após o último caso denunciado, a UnB anunciou a instalação dos chamados “botões de segurança” que se trata de um mecanismo com uma linha direta com a Central de Segurança da Universidade, ao acionar o botão em algum caso de emergência um interfone e câmera são ativados, o que promete uma conexão direta com um profissional de segurança que irá acompanhar da sala de videomonitoramento - localização não divulgada pela UnB (UnB, 2022).

**Figura 2 - Botão de Segurança**



**Fonte:** Universidade de Brasília

**Figura 3 - Botão de Segurança: Instruções de uso**



**Fonte:** Universidade de Brasília

Vale ressaltar que, considerando que o campus Darcy Ribeiro ocupa uma área de mais de 3 milhões de metros quadrados - aproximadamente 560 campos de futebol, em uma situação hipotética de emergência onde uma pessoa acionará o botão de segurança e um profissional irá sair da sala de segurança para atender o caso, o tempo necessário para chegar ao local pode não ser o suficiente para prevenir uma situação extrema de violência, como exemplo um caso de feminicídio ou estupro.

**Figura 4** - Mapa dos Botões de Segurança do campus Darcy Ribeiro

## SEGURANÇA SE FAZ EM COMUNIDADE

### BOTÃO DE SEGURANÇA



**Fonte:** Universidade de Brasília

Apesar da instalação dos botões de segurança vir com a boa intenção de proteger seus estudantes, não se sabe ao certo o funcionamento de tal mecanismo. Após a sua instalação, os botões ficaram limitados por algumas semanas e seu funcionamento nunca foi explicitamente esclarecido para os estudantes do campus, causando dúvidas sobre sua real funcionalidade.

Tendo em vista as instalações das câmeras de segurança, o sistema de videomonitoramento e os corredores de segurança previamente existentes desde 2018, a Universidade de Brasília teve uma redução de aproximadamente 70% de furtos no campus Darcy Ribeiro entre 2018 e 2022. No

entanto, após a instalação dos onze botões de segurança, feito em 2022, ainda não existem dados oficiais divulgados pela Universidade relatando o uso dos botões contra situações de violência ou urgência (UnB, 2023).

#### 4. CONCLUSÃO

O trabalho se propôs à discutir sobre a correlação entre violência e patriarcado na UnB e identificar estratégias já adotadas pela mesma para melhorar a segurança de mulheres no meio acadêmico, essa discussão foi feita apresentando uma vasta bibliografia e um comparativo entre pesquisas realizadas na UnB, na UFV e na UNIFOR, dando foco para a UnB, que foi o objeto de estudo principal.

A comunidade acadêmica é altamente prejudicada pela falta de segurança no campus Darcy Ribeiro, em especial as mulheres. Foram observadas evoluções para a melhora da segurança no campus mas visto que ainda não produzem uma eficácia comprovada, essas evoluções ainda são falhas e não é possível contar apenas com corredores e botões de segurança em um campus de três milhões de metros quadrados.

Após a análise da introdução da mulher no ensino superior brasileiro e os casos de assédio reportados na UnB, foi possível observamos que, apesar de uma evolução e melhoria de medidas efetivas para a inserção da mulher no meio acadêmico ainda há muito que pode ser feito para garantir proteção e segurança às alunas como a criação de leis específicas para proteger estudantes e um aumento de formas de segurança.

Tendo em vista a violência de gênero como um problema da sociedade, seria interessante a iniciação de programas de educação a partir do ensino infantil ou ensino fundamental para diminuir a frequência dessa violência nas próximas gerações. Para uma melhoria momentânea, o ideal seria uma iniciativa da própria UnB em propor palestras e aulas abertas para todos os públicos. A criação de um canal on-line que permitisse um livre acesso e funcionasse ininterruptamente também seria uma iniciativa interessante se partisse da própria administração da UnB.

A violência de gênero ainda presente na sociedade afeta diretamente a vida cotidiana de mulheres em contexto acadêmico e profissional, em casos extremos, literalmente impedindo-as de viver. Não é em vão que existem diversas leis como a Lei Maria da Penha e a Lei do Femicídio que foram criadas especificamente para protegerem mulheres de agressões cometidas por um ódio gerado contra mulheres unicamente pelo fato de serem mulheres. Apesar da existência dessas leis e de outras medidas de segurança, como as feitas pela UnB para proteger estudantes mulheres, sejam positivas, elas também servem como um anúncio explícito da violência de gênero.

Existem lacunas literárias sobre a discussão de violência de gênero dentro do meio acadêmico, em sua maioria as pesquisas são realizadas apenas quando acontece algum marco

importante que convém um estudo específico sobre. Apesar de existirem textos clássicos que discutem a desigualdade de gêneros, existe uma falha moderna nessa discussão, que em muitos casos atinge apenas um ciclo específico e nichado de pesquisadoras de gênero.

A Universidade de Brasília criou medidas de segurança com o intuito de proteger suas alunas, no entanto, acredito ser insuficiente e as próprias estudantes, a autora da pesquisa inclusa, ainda precisam recorrer à canais informais como grupos de WhatsApp para compartilharem situações que ocorreram mas não foram oficialmente reportadas, assim como aulas gratuitas de autodefesa realizadas no campus disponibilizadas pelos próprios estudantes.

A falta de assistência vinda da UnB e uma punição maior para casos de violência ocorridos dentro do campus também é um fator que prejudica a evolução da segurança e diminui a quantidade de estudantes mulheres por não sentirem confiança na própria instituição que estão inscritas. Foi possível demonstrar os níveis absurdos de violência que mulheres brasileiras sofrem, e sempre sofreram, no meio universitário. Apesar de uma melhora ao longo dos anos, ainda é possível avaliarmos o enorme impacto que o patriarcado possui no país em um contexto educativo e profissional.

Garantir a segurança de estudantes, em especial as mulheres, em um campus universitário é difícil considerando que a problemática do patriarcado e violência vêm da sociedade, para abolir estas questões dentro da UnB seria primeiro essencial aboli-las dentro da própria sociedade mas, para isso precisaríamos viver em uma sociedade praticamente utópica. O caminho para uma equidade de gênero não é fácil e deve ser constantemente trabalhado, excepcionalmente no ambiente universitário, onde formamos elementos pensantes em constante evolução em prol de tentarmos reduzir os danos causados pela própria sociedade consigo mesma.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Neuma. PATRIARCADO, SOCIEDADE E PATRIMONIALISMO. Soc. estado, [s. l.], v. 15, Dez, 2000.

AKOTIRENE, Karla. Interseccionalidade. São Paulo: Polém, 2019. 150 p.

ALMEIDA, Tania Mara; ZANELLO, Valeska. Panoramas da violência contra mulheres nas universidades brasileiras e latino-americanas. [S. l.]: OAB Editora, 2022.

ARAUJO , Adriane Reis; GARCIA, Camila Prado; SUZUKI, Henry A. S. Como é possível haver preconceito racial em um país com a maior população negra do mundo fora do continente africano?. MPT-SP, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.prt2.mpt.mp.br/512-como-e-possivel-haver-preconceito-racial-em-um-pais-com-a-maior-populacao-negra-do-mundo-fora-do-continente-africano>. Acesso em: 31 jan. 2023.

AUGUSTO DOS SANTOS, S. . VIOLÊNCIAS CONTRA ESTUDANTES NO CAMPUS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL BRASILEIRA. Gênero & Direito, [S. l.], v. 8, n. 5, 2019. DOI: 10.22478/ufpb.2179-7137.2019v8n5.48614. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/48614>. Acesso em: 1 jun. 2023.

BANDEIRA, Lourdes. Trotes, Assédios e Violência Sexual nos Campi Universitários no Brasil. Gênero, v. 17, p. 49-79, 2017.

BARUFALDI, L. A. et al.. Violência de gênero: comparação da mortalidade por agressão em mulheres com e sem notificação prévia de violência. Ciência & Saúde Coletiva, v. 22, n. 9, p. 2929–2938, set. 2017.

BASSO, M. S., FONTANA, J., & LAURENTI, C. (2022). Violência sexual e saúde mental de universitários: uma sistematização da literatura brasileira. Psicologia Revista, 31(2), 385–411. <https://doi.org/10.23925/2594-3871.2022v31i2p385-411>

BEZERRA, Nathalia. Mulher e Universidade: A Longa e Difícil Luta Contra a Invisibilidade. Ministério Público do Estado da Bahia, Bahia, 2010.

BRASIL. Decreto nº 7.247, de 19 de Abril de 1879.

BRASIL. Lei nº 9.799, de 26 de Maio de 1999.

BRASIL. Lei nº 5.452, de 01 de Maio de 1943.

BRASIL. Lei nº 9.029, de 13 de Abril de 1995.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Marco legal: saúde, um direito de adolescentes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2007

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro, 2018.

CERQUEIRA, Daniel et al. Atlas da violência. São Paulo: [s. n.], 2021. Atlas. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/5141-atlasdaviolencia2021completo.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO. Assédio moral e sexual. Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/campanhas/integridade-publica/assedio-moral-e-sexual>. Acesso em: 18 jul 2023.

CORDEIRO, Débora. POR QUE ALGUMAS MULHERES NÃO DENUNCIAM SEUS AGRESSORES? Revista Eletrônica de Ciências Sociais. Juiz de Fora, 2018.

DAVIS, Angela. Mulher, Raça e Classe. Tradução Heci Regina Candiani. 1a Edição, São Paulo: Boitempo, 2016.

DAHLBERG, Linda; KRUG, Etienne. VIOLÊNCIA: um problema global de saúde pública. Ciência & Saúde coletiva, 2007.

ENGEL, Cíntia. A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2015.

FIALLA, Melissa dos Reis Pinto Mafra; LAROCCA, Liliana Müller; CHAVES, Maria Marta Nolasco; LOURENÇO, Rafaela Gessner. As violências na percepção de jovens universitários. Acta Paul Enferm, v. 35, maio. 2022.

FIRMINO, Flávio; PORCHAT, Patricia. FEMINISMO, IDENTIDADE E GÊNERO EM JUDITH BUTLER: Apontamentos a partir de “problemas de gênero”. Revista Bras. Psicol. Educ. Araraquara, 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>>. Acesso em: 29 Set. 2023.

GARCIA, L. P. A magnitude invisível da violência contra a mulher. Epidemiologia e Serviços de Saúde, v. 25, n. 3, p. 451–454, jul. 2016.

GIANNINI, Renata; COELHO, Terine. Evidências Sobre Violência Contra Mulheres No Brasil, Na Colômbia E No México: tendências, desafios e caminhos para o futuro. Instituto Igarapé, 2020.

GOMES, Raio. Medidas garantem segurança da comunidade acadêmica. 2022. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/76-institucional/5928-medidas-garantem-seguranca-da-comunidade-academica>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

GODINHO, Carla; TRAJANO, Soraya; SOUZA, Cleibiane; MEDEIROS, Natasha; CATRIB, Ana Maria; ABDON, Ana Paula. A VIOLÊNCIA NO AMBIENTE UNIVERSITÁRIO. Revista Brasileira em Promoção da Saúde. Fortaleza, 2018.

GOÉS, Fábio; MACHADO, Fernanda. A Mulher e o Mercado de Trabalho: Permanência e Perspectivas. TRT-PR, v. 10, maio, 2021.

GUEDES, Moema de Castro. A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a idéia da universidade como espaço masculino. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.15, supl., p.117-132, jun. 2008.

IBGE. QUANTIDADE DE HOMENS E MULHERES. [S. l.], 2021. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html#:~:text=Segundo%20dados%20da%20PNAD%20Cont%C3%ADnu,51%2C1%25%20de%20mulheres>. Acesso em: 30 jan. 2023.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Retrato das desigualdades de gênero e raça / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ... [et al.]. - 4ª ed. - Brasília: Ipea, 2011.

JONG, L. C.; SADALA, M. L. A.; TANAKA, A. C. D. A.. Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 42, n. 4, p. 744–751, dez. 2008.

KIND, L. et al.. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. Cadernos de Saúde Pública, v. 29, n. 9, p. 1805–1815, set. 2013.

LAZARI, Joana. Inferioridade Feminina: O (des)enredo da violência. Revista de Ciências Humanas, Vol 7, 1991.

Lei No 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/496319/000925795.pdf>.

LIMA, Nathalia Diorgenes Ferreira. Preto é o lugar onde eu moro: o racismo patriarcal brasileiro. Revista Katálysis, [s. l.], p. 242-251, 6 maio 2022. DOI <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2022.e84646>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/5XsysYwfhv4DTx7NqjpKNPh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2023.

LIRA, Kalline; BARROS; Ana Maria. VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES E O PATRIARCADO: Um estudo sobre o sertão de Pernambuco. Revista Ágora. Vitória, 2015.

LOSCHI, Camille. Mercado de trabalho reflete desigualdades de gênero. Revista retratos. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/25223-mercado-de-trabalho-reflete-desigualdades-de-genero>. Acesso em: 1 jun. 2023.

MAITO, Deise; PANÚNCIO-PINTO, Maria Paula; VIEIRA, Elisabeth. Violência interpessoal no ambiente acadêmico: percepções de uma comunidade universitária. Interface, [s. l.], v. 26, 2022.

MARIAS, Julian. A MULHER NO SECULO XX. São Paulo: Editora Convívio, 1981.

MARQUES, Danusa. Ano abre, ano fecha, e a violência contra as mulheres continua massacrando na UnB. 2016. Disponível em: <https://medium.com/@demode/ano-abre-ano-fecha-e-a>

viol%C3%Aancia-contra-as-mulheres-continua-massacrando-na-unb-6b9fce569dfd>. Acesso em: 1 jun. 2023.

MIGUEL, Luis Felipe. Voltando à discussão sobre capitalismo e patriarcado. *Revista estudos fem.*, [s. l.], v. 25, Set-Dez, 2017.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Censo da educação superior. Brasília. Nov, 2021. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/censo\\_superior/documentos/2021/apresentacao\\_censo\\_da\\_educacao\\_superior\\_2021.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf). Acesso em: 10 Maio, 2023.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Mulheres são maioria na docência e gestão da educação básica. Gov.br. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/dia-da-mulher-mulheres-sao-maioria-na-docencia-e-gestao-da-educacao-basica>. Acesso em: 10 maio 2023.

MODELLI, Laís. Apenas 5% das denúncias de violência contra mulheres tiveram andamento na Justiça. 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/deutschewelle/2018/03/29/justica-e-lenta-para-julgar-violencia-contra-a-mulher.htm>>. Acesso em: 1 Maio 2023.

MOREIRA, V.; BORIS, G. D. J. B.; VENÂNCIO, N.. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. *Psicologia & Sociedade*, v. 23, n. 2, p. 398–406, maio 2011.

NARVAZ, Martha; KOLLER, Sílvia. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. *Psicologia social*, [s. l.], v. 18, Abr, 2006.

NUNES, Sylvia da Silveira. Racismo no Brasil: tentativas de disfarce de uma violência explícita. *Psicologia USP*, [s. l.], 2010. DOI <https://doi.org/10.1590/S0103-65642006000100007>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/kQXPLsM8KBkZYsBTnTGhvmj/?lang=pt>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

PEDUZZI, Pedro. MAPA DO ENSINO SUPERIOR APONTA MAIORIA FEMININA E BRANCA. 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-05/mapa-do-ensino-superior-aponta-para-maioria-feminina-e-branca>>. Acesso em: 27 maio 2023.

PEREIRA, A. I. B.; ZUIN, A. Á. S.. Autoridade enfraquecida, violência contra professores e trabalho pedagógico. *Educar em Revista*, v. 35, n. 76, p. 331–351, jul. 2019.

PRUDENTE, Eunice. Dados do IBGE mostram que 54% da população brasileira é negra. [S. l.], 31 jul. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/dados-do-ibge-mostram-que-54-da-populacao-brasileira-e-negra/>. Acesso em: 30 jan. 2023.

RABELO, Nair. Universidade prioriza segurança. 2016. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/76-institucional/716-universidade-prioriza-seguranca>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

REED, Evelyn. *O Mito da Inferioridade da Mulher*. Instituto José Luís e Rosa Sundermann, São Paulo, 2008.

SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, Patriarcado e Violência*. São Paulo, 2015.

SALES, Amanda. Estudante denuncia assédio sexual dentro de banheiro da UnB: “Fiquei sem reação”. Brasília, 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/06/08/estudante-denuncia-assedio-sexual-sofrido-dentro-de-banheiro-da-unb-fiquei-sem-reacao.ghtml>>. Acesso em: 10 Maio 2023.

SANTOS, Augusto. VIOLÊNCIA CONTRA ESTUDANTES NO CAMPUS DE UMA UNIVERSIDADE FEDERAL BRASILEIRA. Periódico do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero e Direito. Paraíba, 2019.

SANTOS, M. L. O. dos, & Santos, C. S. (2023). REVITIMIZAÇÃO DA MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA SEXUAL. Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação, 9(5), 877–892. <https://doi.org/10.51891/rease.v9i5.9612>.

SILVA, Gabriella. VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NO AMBIENTE ACADÊMICO: uma análise sobre estudantes de cursos de exatas do campus Darcy Ribeiro da Universidade de Brasília. Brasília, 2018.

SOUZA, Terezinha. PATRIARCADO E CAPITALISMO: Uma Relação Simbiótica. Temporalis, Brasília, 2016.

STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane; ZANELLO, Valeska; SILVA, Edlene; PORTELA, Cristiane (org.). Mulheres e violências: interseccionalidades. Brasília: Technopolitik, 2017. E-book (628 p.). Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Mulheres-e-viol%C3%A2ncias-interseccionalidades.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2019.

TRIUMPHO, Vera Regina Santos. Coletivo Estadual de Educadores Negros: Compromissos com a educação das relações étnico-raciais. Educação e Negritude - Dossiê, [s. l.], v. 6, 2004. Disponível em: <http://est.com.br/periodicos/index.php/identidade/article/viewFile/2272/2167>. Acesso em: 31 jan. 2023.

TELES, Maria Amelia; MELO, Mônica. (2003). O que é violência contra a mulher (Coleção Primeiros Passos, 314). São Paulo: Brasiliense.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. CAD aprova política de prevenção e combate ao assédio moral, sexual, discriminações e outras violências. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/76-institucional/6394-cad-aprova-politica-de-prevencao-e-combate-ao-assedio-moral-sexual-discriminacoes-e-outras-violencias>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Caminhos pensados para seu bem-estar. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/2476-caminhos-pensados-para-seu-bem-estar>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Anuário Estatístico 2018. Disponível em: <[https://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/unbemnumeros/anuarioestatistico/Anurio\\_Estatstico\\_2018.pdf](https://www.dpo.unb.br/images/phocadownload/unbemnumeros/anuarioestatistico/Anurio_Estatstico_2018.pdf)>. Acesso em: 27 maio. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA: Memória UnB: 60 anos de protagonismo. Disponível em: <<https://60anos.unb.br/historia>> Acesso em: 1 jun. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Por uma Universidade mais segura. 2018. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/2428-por-uma-universidade-mais-segura>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Sistema de videomonitoramento contribui para ambiente seguro na UnB. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/76-institucional/2550-sistema-de-videomonitoramento-contribui-para-ambiente-seguro-na-unb>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. UnBImagens. Disponível em: <<http://unbimagens.unb.br/index.php/acervo/category/79-seguranca>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

VIEIRA, Vanessa. Anuário Estatístico 2018: um raio-x da UnB. 2018. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/76-institucional/2702-anuario-estatistico-2018-um-raio-x-da->>. Acesso em: 1 jun. 2023.

VIEIRA, Vanessa. Pesquisa sobre violência contra mulheres marca lançamento do CDHUnB. 2018. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/publicacoes/76-institucional/2127-pesquisa-sobre-violencia-contra-mulheres-marca-lancamento-do-cdhunb>>. Acesso em: 1 jun. 2023.

VIEIRA, Vanessa. UnB lança Conselho de Direitos Humanos. Disponível em: <<https://noticias.unb.br/76-institucional/2121-unb-lanca-conselho-de-direitos-humanos>>. Acesso em: 2 jun. 2023.